

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**  
**CURSO DE PREPARAÇÃO AOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS**  
**MILITARES E EQUIVALENTES – CP/CAEM**

## **HISTÓRIA**

**EUA E CHINA – A LUTA PELA HEGEMONIA MUNDIAL:**  
**do fim da Guerra Fria (1991) até a Estratégia Pivô para a Ásia-Pacífico (2010)**

**(Compêndio contendo extratos de artigos de diversos autores)**



**RIO DE JANEIRO - 2023**

**EUA E CHINA – A LUTA PELA HEGEMONIA MUNDIAL:  
do fim da Guerra Fria (1991) até a Estratégia Pivô para a Ásia-Pacífico (2010)  
Compêndio de extratos de artigos e autores**

MATTOS, THAÍS CAROLINE LACERDA - AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL (2016) – **(EXTRATO)**

**2.2 Estratégias dos Estados Unidos para a manutenção da sua hegemonia mundial**

Quando pensamos as possíveis disputas hegemônicas entre os EUA e a China, é importante retomar a trajetória da política externa norte-americana desde a última década do século XX, quando o país saiu vitorioso da Guerra Fria, até o lançamento da política de reequilíbrio asiático, quando direciona suas ações na contenção da China.

Vimos que os Estados Unidos sob o governo do presidente William “Bill” Clinton (1993-2001) priorizaram a liderança internacional como forma de promover a resolução de conflitos e a abertura de mercados estrangeiros, impedir agressões externas, fortalecer a democracia e resolver os problemas globais. De acordo com o documento *The National Security Strategy for a New Century*, de maio de 1997, a estratégia de “engajamento” é central para “reforçar e adaptar as relações de segurança com as nações-chave ao redor do mundo e criar novas estruturas quando necessário” (FAS, 1997, n.p.). De acordo com o documento, o governo norte-americano deveria ser capaz de moldar o ambiente internacional por intermédio principalmente da diplomacia, propondo medidas e ajustes no ambiente internacional para alcançar um cenário mundial favorável. No entanto, provou-se que no governo Clinton houve muito mais intervenções militares do que em todo o período da Guerra Fria (FIORI, 2007). Dessa forma, a política externa se caracterizou pela forte intervenção unilateral e, nesse sentido, “uma nova arma havia sido adicionada ao arsenal imperial: guerra convencional não declarada” (ANDERSON, 2015, p. 110).

No início do século XXI, na administração Bush, a política externa privilegiava a transformação do sistema internacional centrada no poder militar devido às “ameaças externas”. A “Doutrina Bush” estava embasada nas críticas dos republicanos (principalmente os da ala neoconservadora) ao governo Clinton e ganhou novo fôlego com os atentados de 11 de

setembro de 2001. Com a ênfase na segurança e no engajamento militar, a “guerra ao terror” passou a ser defendida sob o argumento do direito unilateral dos Estados Unidos de intervir em qualquer lugar do mundo. É cada vez mais explícito que “após a Guerra Fria, constituiu-se um grande consenso [interno] em torno da estratégia de longo prazo dos Estados Unidos” (FIORI, 2007, p. 137).

Nas campanhas de 2007 e 2008, Barack Obama aparece como o candidato que se opõe à Guerra do Iraque iniciada por Bush e traz novamente em seus discursos, a necessidade da diplomacia na política externa dos Estados Unidos. Também nessa conjuntura emerge a definição de uma nova postura estratégica na política norte-americana com a NSS-2010, lançada em maio de 2010, pelo então presidente Barack Obama, que substituiu a Doutrina Bush de 2002 (THE WHITE HOUSE, 2010). O documento aborda questões que, em linhas gerais, contemplam o “multilateralismo, o multipolarismo e a cooperação, abrindo espaço para temas sociais, ambientais, direitos humanos, ciência e tecnologia, e o bem-estar da sociedade norte-americana em um contexto de globalização” (PECEQUILLO, 2010, n.p.). Apesar do discurso contido no documento encontrar inconsistências com as práticas internacionais do país, verifica-se a estratégia norte-americana de concentrar seus esforços não mais no Oriente Médio, e sim no fortalecimento da posição militar dos Estados Unidos e das alianças estratégicas na região da Ásia- Pacífico, como forma de reestabelecer e manter sua posição hegemônica naquela região.

É importante levarmos em consideração que, conforme já observamos antes, “os Estados Unidos em todas as suas ações procuram manter, preservar ou estabelecer sua hegemonia, direito que parecem considerar semelhante ao que Jeová concedeu ao povo judeu” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 20). Nesse conjunto de ações, temos que, ainda de acordo com Moniz Bandeira, as estratégias norte-americanas estão voltadas para os seguintes objetivos: (1) “[...] manter sua hegemonia militar em todas as regiões do globo”; (2) “manter sua hegemonia sobre os sistemas de comunicação e informação”; (3) “manter sua hegemonia nos organismos econômicos internacionais”; (4) “manter sua hegemonia sobre o acesso a recursos naturais no território de terceiros países, em especial ex-colônias”; (5) “manter sua hegemonia política através do controle, tanto quanto possível, do Conselho de Segurança das Nações Unidas”; (6) “manter a vanguarda americana no desenvolvimento científico e tecnológico em termo de

aplicações civis e militares”; e (7) “manter abertos os mercados de todos os países para seus capitais e para suas exportações de bens e serviços [...]” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 20-22).

Os reveses que os Estados Unidos tiveram ao longo da década de 2000 levaram a liderança do país a repensar suas estratégias globais. A prioridade que se dava ao Oriente Médio por conta da garantia de suprimento de petróleo foi perdendo importância diante do dinamismo econômico e dos desafios políticos que surgiam na região da Ásia-Pacífico.

A ascensão da Ásia-Pacífico vem indicando a possibilidade de superação de séculos de supremacia da região do Atlântico Norte. Fatores econômicos e o rápido crescimento da China vêm fazendo com que esta região passe a ter uma importância crescente na ordem internacional. Até então, esta região possuía pouca proeminência, já que se tratava de área de influência dos Estados Unidos. Os impactos da crise financeira asiática de 1997 constituíram-se em fator decisivo para a busca de uma maior cooperação regional, de maior autonomia e de novas formas de cooperação. Nesse sentido, merece destaque a atuação dos dez países da ASEAN mais a China, Japão e Coreia, que criaram um mecanismo de articulação, a ASEAN +3, visando concretizar uma integração na Ásia e também maior autonomia frente a organismos multilaterais controlados pelas potências ocidentais.

Ademais, com o crescimento do mercado interno chinês, verifica-se o aumento do interesse de corporações ocidentais na região, não apenas para atuar com bens acabados dentro da China, mas também para abastecer o país com uma grande gama de insumos e matérias-primas. Devido ao tamanho de sua população e sua localização estratégica, o Sudeste Asiático se destaca pela ligação dos oceanos Índico e Pacífico através da rota leste-oeste, assim como a rota norte-sul que liga a Austrália e Nova Zelândia ao nordeste da Ásia. Vale ressaltar que por estas rotas a China, o Japão e a Coreia importam recursos naturais, em especial petróleo, e exportam para o mundo uma grande quantidade de produtos acabados (HUNG; LIU, 2011).

Apesar da fundação da ASEAN ser datada em 1967 com um forte apoio dos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, a China intensificou sua relação com o bloco, o que resultou na superação do comércio Estados Unidos-ASEAN em 2007, quando a China se tornou o maior sócio comercial da organização. Este fato criou preocupação nos círculos de Washington levando o governo Obama a reafirmar a influência dos Estados Unidos na região da Ásia- Pacífico, como forma de participar mais ativamente nos assuntos regionais.

Neste contexto de embate por hegemonia naquela região, elaborar novas estratégias com o fim de se obter ferramentas eficazes para contenção do avanço chinês em áreas antes dominadas pelos Estados Unidos, se tornou importante. Concordamos com Fiori quando ele observa que:

[...] Como não é possível a existência de uma verdadeira potência política sem poder econômico, a competição econômica se transforma em uma prolongação da guerra e vice-versa. Nesse sentido, o primeiro ataque preventivo contra potências emergentes e bem-comportadas não deverá ser militar, será econômico, e consistirá na contenção ou bloqueio do seu desenvolvimento. (FIORI, 2007, p. 192).

Em suma, o reposicionamento global dos Estados Unidos, por conta dessa movimentação tectônica da economia mundial, se insere na estratégia do país de estender a duração de sua hegemonia, o que pode levar a um período de grande instabilidade na região da Ásia-Pacífico. De acordo com Kissinger, “sempre que as entidades que constituem o sistema internacional mudam o seu caráter, segue-se, inevitavelmente, um período de perturbação” (KISSINGER, 2007, p. 703). O pós Guerra Fria foi um desses momentos de perturbação e transição, em que se estabeleceram novas diretrizes políticas e econômicas para o sistema mundial. Viu-se o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética e o consequente rearranjo do poder mundial em favor dos norte-americanos. Diante da dificuldade de se impor um mundo unipolar norte-americano após as guerras do Iraque e do Afeganistão, iniciou-se, então, o processo que tornaria o mundo mais multipolar, dando margem para a emergência de polos regionais de poder econômico e até mesmo político. Nesse sentido é que se observa o destaque na China como principal polo asiático, ganhando cada vez mais espaço no cenário internacional.

Com a China liderando o desenvolvimento da Ásia (e da economia-mundo), delineou-se “um modelo heterodoxo percebido como uma ‘ameaça’ ao Ocidente, que com ele se relaciona de forma conflitiva e, ao mesmo tempo, simbiótica” (VIZENTINI; WIESEBRON, 2006, p. 16). Assim, a ascensão chinesa não passaria despercebida ao governo norte-americano que, mesmo envolvido em diversas frentes de guerra, se esforçava para evitar o surgimento de um mundo multipolar, no qual sua posição seria mais modesta.

Kissinger (2007, p. 703) também advertia para o intento americano de evitar a multipolaridade ao dizer que “o fim da Guerra Fria originou uma tentação ainda maior de reformular o ambiente internacional à imagem da América”. O fato é que a constituição de um mundo multipolar hoje parece possível. A região da Ásia-Pacífico tornou-se estratégica pois se encontra na esfera de crescente influência da China e, ao mesmo tempo, constitui um emaranhado de conflitos territoriais entre os chineses e seus vizinhos, dentre outros fatores, devido aos recursos naturais disponíveis na região, como veremos no próximo capítulo. Além disso, há um interesse declarado do governo norte-americano em inserir-se com mais afinco nas questões que envolvem a região, pois também é uma forma de estar mais próximo das articulações chinesas no local e exercer influência sobre os países que ali se encontram.

Não é por acaso que logo após a sua reeleição, em 2012, Barack Obama tenha feito sua primeira viagem ao Sudeste Asiático. Com a crescente importância da China na Ásia Oriental, os Estados Unidos perderam espaço nessa região, enquanto a China ampliou sua influência econômica em todo o globo.

### **3.1.1 China: Desenvolvimento Pacífico *versus* Hegemonia**

Diferentemente dos Estados Unidos, a experiência histórica da China no contexto internacional não demonstrou interesse em exportar seus valores até o presente momento. Sempre na retórica chinesa, o Império do Meio bastava-se a si mesmo. De fato, mesmo sob o domínio de etnias estrangeiras, a confiança de uma superioridade da civilização chinesa os levava a assimilar os seus próprios valores. No século XX, já sob a República Popular da China e a despeito do discurso anti-imperialista, o país não possuía uma visão doutrinária para o exterior que pretendia exportar seu modelo político, econômico e social, assim como fizera a extinta União Soviética. Pelo contrário, conforme discutiremos de forma mais atenta no corpo desta dissertação, principalmente após a morte de Mao Zedong, o governo procura demonstrar que se pautará pela estabilidade das instituições internacionais e que buscará um contexto político pacífico em que possa levar adiante a sua estratégia de fortalecimento nacional, o chamado “Desenvolvimento Pacífico”.

A elaboração desta estratégia ocorreu depois de certos atritos envolvendo China e Estados Unidos durante a década de 1990. Como vimos no capítulo 2, em suma, ocorreram sanções

econômicas impostas pelos Estados Unidos à China após o episódio da Praça da Paz Celestial em 1989; o aumento de vendas de armas a Taiwan, ignorando as reclamações chinesas; o ataque da OTAN à embaixada da China em Belgrado (1999), dentre outros incidentes geradores de conflitos que bloqueavam uma relação mais amistosa.

Naquele momento, entre os analistas ocidentais, as percepções acerca da China eram demasiadamente negativas, o que contribuiu para que oficiais e analistas chineses se concentrassem no debate que girava em torno da incerteza acerca do tipo de poder que a China poderia tornar-se. Já no início dos anos 1990, estudiosos chineses passaram a redigir e publicar seus estudos com a temática da Ascensão Chinesa (GLASER; MEDEIROS, 2007).

De acordo com Glaser e Medeiros (2007), a teoria da Ascensão Pacífica teve sua origem na viagem da delegação de Zhèng Bìjiān 郑必坚 – então presidente do Fórum de Reforma da China (unidade de pesquisa afiliada ao PCCh) – aos Estados Unidos em dezembro de 2002. Na ocasião, foi discutido com os altos funcionários e estudiosos do governo Bush questões acerca das visões norte-americanas que originou a teoria da “Ameaça Chinesa”, ou a “*China threat theory*”. Essa teoria apresentava as preocupações com as possíveis intenções chinesas de alterar o sistema internacional vigente, ameaçando os interesses dos americanos. Dessa forma, Zheng Bijian concluiu que havia uma incerteza generalizada e uma visão polarizada nos Estados Unidos sobre o futuro da China como uma possível grande potência desafiante, e que esses pontos de vista poderiam complicar as relações sino-americanas (GLASER; MEDEIROS, 2007, p. 294).

Em seu discurso no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (*The 16th National Congress of the Communist Party of China and China's Peaceful Rise – A New Path*), ZHENG (2005, p. 6), ao falar de uma série de princípios para as novas metas de desenvolvimento adotadas neste Congresso, coloca a necessidade de “um novo caminho de desenvolvimento”, um caminho “diferente das maiores potências do mundo desde a história moderna”, qual seja: o da “Ascensão Pacífica da China”.

É importante observar que, de acordo com Suettinger (2004, p. 2), é no discurso intitulado “*A New Path for China's Peaceful Rise and The Future of Asia*”, no Fórum Boao para a Ásia, em novembro de 2003, que o conceito de “Ascensão Pacífica” fez sua estreia internacional. Nesse discurso, Zheng Bijian explica que o caminho de desenvolvimento da China é pacífico e que nunca buscará hegemonia. Segue-se um trecho do seu discurso:

De modo geral, nas próximas duas ou três décadas, ou no início do século XXI, a Ásia enfrentará uma rara oportunidade histórica para ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia. Isso não significa apenas que a reforma da China, a abertura e ascensão são, em parte, atribuível à experiência e ao desenvolvimento de outros países asiáticos, mas também significa que a China, como um país asiático, irá desempenhar um papel mais ativo no desenvolvimento, prosperidade e estabilidade de todos os outros países asiáticos e dos seus vizinhos, em particular. (ZHENG, 2005, p. 17, tradução nossa).

Com os discursos oficiais que promoveram o conceito de “Ascensão Pacífica”, fica claro o intento dos líderes chineses em diferenciar sua trajetória de ascensão como uma grande potência regional, de outros momentos históricos traumáticos que corresponderam ao período de ascensão de nações como Alemanha, Estados Unidos e Japão, ou mesmo a Guerra Fria entre Estados Unidos e a URSS. Não obstante, conforme Glaser e Medeiros (2007) constataram, alguns problemas quanto ao conceito apareceram. Alguns estudiosos chineses indicaram que o termo “ascensão” poderia ser interpretado erroneamente, principalmente por conter uma conotação negativa e presunçosa. Outros problemas encontrados dizem respeito ao caráter pró-nacionalista que o conceito poderia causar, além das preocupações por parte dos países vizinhos da China, principalmente Taiwan e Japão, que compartilham do mesmo ideograma da palavra “ascensão” (崛起), ou seja, o Jué (崛) da palavra Juéqǐ (崛起), que remete a algo desafiador e violento (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Dessa forma, o conceito “ascensão pacífica” começou a desaparecer dos discursos oficiais dando lugar para o conceito do “desenvolvimento pacífico”, que concentra os mesmos ideais intrínsecos ao conceito anterior, porém, sem a carga negativa da palavra “ascensão”. Para isso, o documento oficial intitulado “O Caminho do Desenvolvimento Pacífico” 和平发展道路 (*China's Peaceful Development Road*), lançado em dezembro de 2005, foi fundamental para confirmar o compromisso do governo chinês com sua política externa para o século XXI (CHINA.ORG. CN, 2005).

Na esteira do discurso da busca pelo desenvolvimento sem a pretensão de alterar a ordem vigente ou de buscar pela hegemonia mundial, outro documento oficial foi lançado pelo governo chinês em setembro de 2011 (ENGLISH. GOV. CN, 2011). O documento intitulado como “O Livro Branco do Desenvolvimento Pacífico da China” 中国和平发展白皮书 (*The White Paper on China's Peaceful Development*), procurou reafirmar a política externa chinesa e a essência



da ascensão pacífica, como uma garantia estratégica para os vizinhos da China e às grandes potências de que a ascensão da China não visa ameaçar seus interesses econômicos ou de segurança (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Cabe aqui fazer uma breve reflexão. O caminho do “desenvolvimento pacífico” também expressa o desejo dos chineses em não cair na armadilha de uma possível corrida armamentista com os Estados Unidos. Dentre outros fatores, a derrocada da União Soviética se deu porque sua economia foi asfixiada por uma produção bélica que tinha por objetivo evitar que os norte-americanos obtivessem alguma vantagem estratégica específica. Entre produzir bens de consumo para atender às necessidades de sua população, ou iniciar uma nova corrida armamentista, os chineses priorizaram o primeiro objetivo.

No campo da política internacional que envolve a reflexão acerca da elaboração de estratégias de atuação chinesa em política externa, é interessante notar também que o conceito do “desenvolvimento pacífico” converge com o projeto de estudiosos chineses que em responder aos anseios cada vez mais latentes da liderança chinesa de se constituir uma teoria chinesa das Relações Internacionais (YAN, 2013).

Um proeminente acadêmico chinês, Yan Xuetong, publicou poucos meses antes do lançamento oficial do livro branco do desenvolvimento pacífico da China um estudo que buscou nas bases filosóficas no período Pré-Dinastia Qin (221 – 206 a.C) – ou seja, no espaço temporal correspondente aos de Primavera e Outono (770 – 476 a.C) e Estados Combatentes (475 – 221 a.C) – contribuições que possam embasar uma teoria essencialmente chinesa que corrija os eventuais erros e que preencha as lacunas da teoria de relações internacionais contemporâneas, centradas na história e filosofia europeias. Com princípio de “Autoridade Humana”, que pressupõe um sistema internacional harmonioso, de acordo com o pensamento pré-Qin, abre-se um espaço maior na tentativa da constituição de uma política externa em que “a China deve ter maior influência política, competitividade econômica, afinidade cultural, e impacto moral” (RENMIN RIBAO *apud* Yan, 2013, p. 216). De forma similar, o princípio de “Liderança Moral”, pressupõe a ênfase histórica da China no exemplo como meio de influência e não pela força, comumente utilizada pelos países Ocidentais. Tais conceitos já haviam sido esboçados por Hu Jintao, em 2009, na “11ª Reunião de Chefes do Corpo Diplomático”.

Dessa forma, de acordo com o autor, o país não deve priorizar apenas o desenvolvimento econômico como guia geral de sua política externa, e sim, cada vez mais, em pensar sobre

“como a China pode se tornar uma potência líder e qual tipo de liderança ela pode prover”, na observância da moral e da política, como “impactos de grande significância” na constituição de uma liderança mundial, que preserva o ideal do desenvolvimento pacífico (YAN, 2013, p. 216).

Dentro deste debate, acreditamos ser importante trazer à discussão o conceito de hegemonia elaborado por estudiosos chineses vinculados à Economia Política Internacional. Num primeiro momento, a palavra em mandarim “hegemonia” – Bàquán 霸权, refere-se à política e comportamento, ou seja, a sujeição ou imposição de uma vontade sobre os demais, geralmente por meio do uso da força. Hoje, em sua tradução literal, o ideograma Bà 霸 significa “tirano”, e Guán 权 se traduz como “direito”, porém, na etimologia chinesa, “Bà” (como significado literal de “o mais velho”) apareceu como o título obtido por Zheng Zhuang Gong 鄭莊公 (743 – 701 a.C.) quando este assumiu a liderança entre os Estados de Zhou 周, após a decadência do Rei Huan Wang de Zhou 周桓王 (719 – 697 a.C) como Filho do Céu, dando início ao “sistema Bà” (HSU, 1999, p. 553). Com o reinado posterior de Qi Huan Gong 齊桓公 (685 – 643 a.C.), este sistema foi gradualmente implantado de forma institucionalizada, e o conceito original de “Bà” modificou tanto o sistema feudal existente (não mais baseado na pirâmide social), quanto o significado do tipo de liderança exercido pelo imperador:

Huang Gong parece ter esclarecido a missão do Ba; não foi de modo algum pretendida ser a hegemonia completa através do poder militar, mas sim restaurar a autoridade do Filho do Céu. Em outras palavras, o Ba deveria servir a função de guardião do sistema feudal de Zhou. (HSU, 1999, p. 555, tradução nossa).

Em suma, trata-se do “Filho do Céu” sob o mandato celestial de que falamos anteriormente, ressaltando aquele sentido. Com o passar do tempo, sob o ponto de vista chinês, o conceito de hegemonia passou a ser carregado de conotações pejorativas. Na perspectiva oficial do PCCh, quando do começo das reformas no país em 1978, a hegemonia americana era equivalente ao imperialismo, e os Estados Unidos “foram frequentemente retratados como tiranos, um poder maligno impulsionado a expandir-se para todos os cantos do mundo” sob os interesses do capital monopolista (WANG; PAULY, 2013, p. 3, tradução nossa).

No entanto, nos círculos acadêmicos que passaram a ter mais contatos com as obras de estudiosos norte-americanos, outras “nuances” foram contempladas e agregadas ao conceito de hegemonia. De acordo com Wang e Pauly (2013), os chineses começaram a fazer a distinção

entre dominação, primazia e liderança. A liderança, diferentemente da dominação e da primazia, não se vale de um “poder esmagador” que se impõe aos outros países do sistema internacional, e sim, de um poder benéfico quando contribui para a solidificação de estabilidade e justiça na ordem mundial.

É importante considerar nesse tipo de abordagem a influência do paradigma institucionalista das Relações Internacionais, liderada por Robert Keohane, cuja maior capacidade de projeção de poder indica maior estabilidade no sistema internacional. Dessa forma, a hegemonia ganha uma conotação benigna, uma vez que o Estado hegemônico pode administrar a ordem internacional de forma a garantir os interesses comuns entre os demais Estados e minimizar as consequências nefastas de uma ordem internacional anárquica. Nesse sentido, há também a diferença entre “hegemonia institucional” do “poder hegemônico”.

Atualmente, muitos estudiosos chineses veem os Estados Unidos como um “*hegemon institucional*”, ou seja, “aquele cujo comportamento próprio é constrangido pelas instituições que criou” (WANG; PAULY 2013, p. 5, tradução nossa). Contudo, apesar de se manterem críticos às certas políticas norte-americanas, é importante ressaltar que, de acordo com estes autores, muitos dos jovens estudiosos chineses têm dado ênfase ao caráter positivo dos Estados Unidos como potência hegemônica, quando relacionam a ideia de hegemonia à liderança em assuntos mundiais. Considerando que parte da academia do país é influenciada por paradigmas estrangeiros, a criação de um novo paradigma chinês de teoria de Relações Internacionais é uma pauta recorrente da agenda governamental chinesa contemporânea. Para os chineses, tornou-se necessário se contrapor às teorias dominantes em nível mundial por meio de conceitos e contribuições que tem como base a História de uma civilização milenar.

Dentro deste conjunto de diretrizes da diplomacia oficial chinesa, vale aqui destacar as sete metas estratégicas para o século XXI: (1) atuar de forma estratégica em duas frentes: governança econômica-global e cooperativa por benefícios mútuos e resultados “*win-win*”; (2) desenvolvimento qualitativo de seus recursos marítimos; (3) aumentar a participação política em assuntos internacionais referentes à construção de políticas ecológicas e de recursos globais com outros países; (4) cooperar continuamente com a comunidade internacional no que diz respeito à mitigação de gases de efeito estufa; (5) buscar a cooperação com todos os países do mundo perseguindo a seguridade cooperativa, coletiva e comum com base na confiança e benefício mútuos; (6) Buscar maior ênfase nas trocas culturais e educacionais entre os países

do mundo, além de redobrar os esforços em promover a internacionalização da cultura chinesa, e (7) a construção da utilização positiva da internet para beneficiar o desenvolvimento econômico e social, além da segurança das redes internacionais (SIIS, 2013).

Nesse sentido, ainda de acordo com a diplomacia oficial chinesa, espera-se que as atividades diplomáticas na próxima década estejam voltadas às seguintes diretrizes: a) “Continuar inabalavelmente no caminho do desenvolvimento pacífico”, ou seja, a direção para o novo desenvolvimento deve compreender a supressão da interferência do estreitamento do nacionalismo e populismo doméstico e da pressão por disputas internacionais, confirmando o compromisso histórico do desenvolvimento pacífico; b) “Materializar e aderir ao NMMPR”, neste sentido, o paradigma se torna uma grande contribuição para as relações internacionais do presente e às teorias diplomáticas, pois busca mitigar a dominância da teoria do inevitável conflito entre a potência ascendente e a potência estabelecida; c) “Criar um ambiente em torno da paz e harmonia”: a estratégia chinesa com seus vizinhos “visa, sobretudo, aumentar as oportunidades e neutralizar desafios”; d) “Reformar os mecanismos existentes de terreno específico”, pois, neste sentido, a China procura tomar a iniciativa em oferecer bens públicos que interessem a comunidade internacional como um todo, ao ponto de oferecer as condições para um ambiente de maior equidade e racionalidade, beneficiando o progresso dos países em desenvolvimento e, por fim; e) “Promover uma visão global e se manter a par dos tempos”: a estratégia global chinesa deve seguir a busca por maior equilíbrio de forças internacionais e, ao mesmo tempo, procurar refletir seu próprio posicionamento como um país em desenvolvimento nas suas relações com o mundo. É importante observar que a China promete dar atenção não à diplomacia intergovernamental, mas também, à diplomacia pública e cultural, e não apenas às relações de interesse econômico, mas também político, de segurança, de caráter científico, de fatores tecnológicos, culturais, religiosos, e sociais (SIIS, 2013, p. 21-24, tradução nossa).

#### REFERÊNCIAS:

ANDERSON, P. *Las Antinomias de Antonio Gramsci*. Estado y revolución en Occidente. Barcelona: Fontamara, 1981.

CHINA. ORG. CN. China's Peaceful Development Road. *Information Office of the State Council of the People's Republic of China*, 12 dec. 2005. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

FAS (FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS). *A National Security Strategy for a New Century*. Washington DC, 1997. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/docs/strategy97.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

FIORI, J. L. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

GLASER, B. S.; MEDEIROS, E. S. The Changing Ecology of Foreign Polity-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”. *The China Quarterly*, Cambridge, v. 190, p. 291-310, jun. 2007. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=1209440>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

HSU, C. The Spring and Autumn Period. In: LOEWE, M.; SHAUGHNESSY, E. L. (eds.). *The Cambridge History of Ancient China: From the Origins of Civilization to 221 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 545-586.

HUNG, M.; LIU, T.T. Sino-U.S. Strategic Competition in Southeast Asia: China’s Rise and U.S. Foreign Policy Transformation since 9/11. *Political Perspectives*, Manchester, v. 5, n. 3, p. 96-119, 2011.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SUETTINGER, R. L. The Rise and Descent of “Peaceful Rise”. *China Leadership Monitor*, Stanford, n. 12, Oct. 2004. Disponível em: <<http://www.hoover.org/publications/china-leadership-monitor/article/7739>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. *The White House*, may, 2010. Disponível em: <[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2013.

PECEQUILO, C. S. As Grandes Estratégias dos Estados Unidos (1989/2010). IBRI/Meridiano 47, Brasília, n. 47, Jul. 2010. Disponível em: < <http://www.ibri-rbpi.org/?p=2575> >. Acesso em: 18 jan. 2014.

YAN, X. *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

WANG, Y.; PAULY, L. Chinese IPE debates on (American) hegemony. *Review of International Political Economy*, Toronto, v. 20, n. 6, p. 1-24, Mar. 2013.

VIZENTINI, P.; WIESEBRON, M. (orgs.) *Neohegemonia Americana ou multipolaridade? Polos de poder e sistema internacional*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 240 p.

ZHENG, B. China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997- 2004. *Brookings*, Washington DC, 2005.

ARAÚJO, IAN FILIPE COSTA - O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE OS  
ESTADOS UNIDOS E A CHINA (2021)  
(EXTRATO)

Por fim, com o fracasso da ALCA e os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a América Latina (AL) passou a ocupar pouco espaço na Política Externa dos EUA no século XXI, seguindo o padrão das relações interamericanas observado por Pecequillo (2013): ofensivas táticas dos EUA seguidas de um período de desengajamento. Há um foco maior no Oriente Médio e na Ásia e a AL deixa de ser vista como uma região de oportunidades comerciais para ser entendida como uma região problemática e de baixa perspectiva de engajamento (PECEQUILO, 2013; MOLLS; TEIXEIRA, 2020).

Dessa forma, o legado deixado pelas administrações presidenciais de George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush para as presidências Obama e Trump resumem-se a: 1. preferência por acordos de livre-comércio com os países da AL; 2. política de guerra às drogas como constituinte do engajamento com a região; 3. utilização da Cúpula das Américas como fórum de alto nível para concertação política; 4. ausência de um projeto claro para a região, como fora a ALCA.

As decisões tomadas pelo governo Obama, nesse momento, coadunam-se com o redirecionamento estratégico dos EUA em direção à Ásia, anunciado em 2010 - o “pivô asiático”. Tal estratégia possuía como objetivo frear o avanço da China na sua região mais próxima, por meio do aumento da influência política e econômica estadunidense através do engajamento com antigos parceiros asiáticos, como o Japão (BULARD, 2014; OLIVEIRA, 2014). O pivô para a Ásia explicita o reconhecimento dos EUA de uma competição estratégica com a China, que havia acabado de se tornar a segunda maior economia do mundo (BBC, 2011).

Ora, mas se o redirecionamento estratégico foi em direção à Ásia, de que maneira isso está relacionado à política externa para a AL? O surgimento das preocupações com o avanço chinês na região relaciona-se a esse cenário de competição estratégica e demanda um ajustamento dos rumos da política externa estadunidense no segundo mandato de Obama, no qual a China passou a ser encarada como competidora global também na AL. Isso ocorreu através de uma aproximação com os governos progressistas dispostos a cooperar via fóruns multilaterais, momento em que a Doutrina Obama fica mais evidente na região, ao mesmo tempo em que se

adotou pressão política e econômica para coibir excessos de países considerados inimigos, o que evidenciou contradições com a própria Doutrina Obama (MOLL; TEIXEIRA, 2020; AYERBE, 2016).

#### REFERÊNCIAS:

AYERBE, Luis Fernando. 'A América Latina é pouco relevante para os EUA'. Sul Global, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 08-17, maio 2021.

MOLL, Roberto; TEIXEIRA, Tatiana. A relação entre EUA e América Latina e Caribe: balanço, novas configurações e desafios em um mundo de incertezas. Sul Global, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 06-07, maio 2021.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A reorientação estratégica dos EUA para a Ásia-Pacífico. Política Externa, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 143-156, maio 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização. Esboços: histórias em contextos globais, [S.L.], v. 24, n. 38, p. 339-359, 4 out. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

\*\*\*